

O CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARE AND EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Jociane Modesto de Azevedo¹
Josianny Aparecida da Costa Moraes²
Lucia Aparecida da Silva³
Márcia Benedita da Silva Brito⁴
Ericka Gomes Rodrigues⁵
Meire Lucia da Silva Souza⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer com que os leitores reflitam sobre a relação entre cuidar e educar nos espaços de educação infantil. Este artigo apresenta a história do surgimento das creches e serviços educacionais, mostrando as mudanças ocorridas ao longo do tempo em relação à educação infantil. Apresenta também o desafio de superar a visão do assistencialismo e as ações docentes são responsáveis por expressar o cuidado e a educação de forma indissociável.

Palavras-Chaves: Educação Infantil. Cuidar e Educar. Professor.

ABSTRACT: This article aims to make readers reflect on the relationship between caring and educating in early childhood education spaces. This article presents the history of the emergence of daycare centers and educational services, showing the changes that have taken place over time in relation to early childhood education. It also presents the challenge of overcoming the vision of welfarism and the teaching actions are responsible for expressing care and education in an inseparable way.

Keywords: Early Childhood Education. Caring and Educating. Teacher.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Afirmativo.

² Graduação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande – FIAVEC, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade FOCUS.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera, Graduada em Letras pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade FAEL.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Educação Infantil com Ênfase na Educação Especial pela Faculdade Luso Capixaba.

⁵ Graduação em Pedagogia pela Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologias, Graduação em Secretário Executivo Bilíngue pelo UNIVAG - Centro Universitário, Especialista em Educação Infantil pelo IESMIG – Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais.

⁶ Graduada em Pedagogia para a Educação Infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Educação Infantil com Ênfase em Letramento pelas Faculdades Integradas de Cuiabá.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo engajar os leitores na reflexão sobre os desafios de cuidar e educar simultaneamente na educação infantil.

O tema escolhido reitera a importância do desenvolvimento integral da criança durante a educação infantil e, portanto, a necessidade de que o cuidado e a educação sejam realizados de forma não separada. Por isso, é necessário que os professores que atuam nesta fase compreendam a importância desses conceitos de forma integrada.

Inicialmente, por meio de suporte teórico e revisão bibliográfica, apresentaremos um breve histórico da creche e da primeira infância no Brasil, e os objetivos atuais. A seguir, apresentaremos alguns conceitos sobre as dimensões do cuidado e da educação e os desafios para os professores.

Para compreender nossas concepções atuais do que significa cuidar e educar crianças pequenas, faremos um retrocesso histórico para mostrar as origens dessas propostas. Veremos que em sua origem, essas funções emergem como dicotomias, o que em parte demonstra o desafio dos profissionais hoje em percebê-las de forma indivisível.

1375

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. Breve histórico da creche e do atendimento à criança no Brasil

Ao longo da história, o cuidado infantil passou por diferentes fases e realidades. Ainda há um longo caminho a percorrer para que os direitos das crianças sejam legalmente garantidos, como são hoje. Até o século XVII, nem a sociedade nem os membros da família se preocupavam com as necessidades das crianças porque o sentimento de infância não existia. Esse “distanciamento” levava ao abandono, mortes infantis e más condições de vida e, conseqüentemente, de saúde.

[...] por volta do século XVI, não existia a particularidade da consciência sobre o universo infantil. A concepção de infância, até então, baseava-se no abandono, pobreza, favor e caridade. Desta forma era oferecido atendimento precário as crianças; havia ainda grande número de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral, e das crianças em particular. Em decorrência

destas condições, uma criança morta era substituída por outros e sucessivos nascimentos (AHMAD. 2009, s/p).

Historicamente, as crianças não foram compreendidas e protegidas, e seu lugar na sociedade não foi reconhecido. Elas foram abandonadas ou substituídas por quaisquer outras pessoas, e às vezes se tornavam objeto de desprezo nas esferas familiar e social. Nesse período, a sociedade não tem consciência da individualidade e particularidade da criança.

Até meados do século XVII, na Europa, as crianças não tinham visibilidade e eram consideradas adultos em miniatura que se misturavam com adultos e se comportavam assim. Ariés apud Camargo (2012): “até os séculos XVII e XVIII, a criança era apenas a projeção do adulto em escala reduzida [...]”. Infelizmente, a infância na época não trazia o sentido de importância e desenvolvimento que tem hoje.

No final do século XVII e início do XVIII, a infância começou a assumir uma percepção que não existia antes. Essa realidade pode ser observada quando Ariés (1998) cita que “somente a partir do final do século XVII, admite-se que a criança não estava preparada para entrar na vida adulta e que deveria, portanto, seguir um regime especial [...]” (Ariés, 1998, p. 52). Gradualmente, as pessoas percebem que as crianças são diferentes dos adultos e precisam se concentrar em suas necessidades. Mesmo assim, ainda no século XVIII, as crianças e a infância não tinham lugar nem voz.

Com a intensificação da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho com o objetivo de ampliar a força de trabalho total. Além disso, podem ser encontrados registros pictóricos do trabalho infantil ou inserções de atividades laborais. A mulher ganhou então um novo espaço na sociedade e foi obrigada a deixar o filho aos cuidados de uma mãe carinhosa enquanto trabalhava. Para resolver isso, foram organizados espaços para que essas mulheres pudessem deixar seus filhos.

[...] no século XVIII, a Revolução Industrial insere a mulher no mercado de trabalho, e por isso aumenta a necessidade de se ter um lugar para deixar os filhos. Logo, as creches começam a surgir como um espaço onde as crianças são “depositadas” para assim terem tempo e tranquilidade (RSCHULTZ, 2011, p. 6).

Nesse caso, a creche torna-se um espaço para cuidar dos filhos de mães trabalhadoras. As creches eram vistas como “depósitos” para as crianças e há muito assumem o papel de fornecer cuidados básicos às crianças pequenas, pois seu objetivo é apenas garantir alimentação, higiene, enfermagem e sono. Essa ação reduz o trabalho dos funcionários da creche e os reduz ao voluntariado sem fins educacionais relacionados à educação dessas crianças.

Com o tempo, as primeiras instituições de atendimento a crianças pequenas no Brasil foram se fortalecendo. No século XIX, mesmo sem investimento do governo, as creches ganharam reconhecimento social por desenvolverem o trabalho assistencial. Muitos deles sobreviveram com ajuda financeira da própria sociedade civil. O berçário é o melhor lugar para as crianças ficarem enquanto seus pais estão no trabalho e é visto como um mal necessário.

No final do século XIX e início do século XX, ocorreram muitas mudanças na educação, principalmente nos países europeus e norte-americanos. No Brasil, um grande marco em 1932 foi a cessação da dominação da Igreja na educação, reafirmando a superioridade da classe dominante, a burguesia. Esse marco na educação foi chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (CAMURRA, 2008, p. 3).

O movimento pela nova escola foi resultado de várias escolhas que ocorriam na época. Por meio desse arcabouço, ocorrem mudanças sociais, que possibilitam apoiar a emergência de um sistema educacional alternativo de ensino que afetará também a prática educacional em todo o Brasil.

No Brasil, o atendimento às crianças nas escolas foi fortalecido e ganhou importância em meados de 1875, quando começaram a surgir as primeiras instituições de educação infantil nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Estes foram diretamente inspirados e orientados pelos conselhos do alemão Friedrich Froebel, colocados de forma privada justamente para o acolhimento imediato de crianças ricas. As creches, por sua vez, acolhem crianças pobres, filhas de mães trabalhadoras. As instituições de educação infantil atuam na educação infantil, enquanto as creches são responsáveis pela promoção da atenção básica.

Na década de 1930, o descaso com a saúde infantil se intensificou, aumentando a mortalidade infantil (OLIVEIRA, 2002). Como resultado, médicos e profissionais de saúde pública ficaram preocupados em como garantir a saúde das crianças que permanecem em creches. Este período é considerado um período higiênico, enquanto o século XX é considerado o século das crianças.

A partir de 1930, o Estado, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, assumiu oficialmente responsabilidade pelo atendimento à infância, embora continuasse a convocar a contribuição das instituições particulares [...] (ANDRADE, 2010, p. 137).

O foco na saúde infantil tornou-se a marca de uma prática que se desenvolveu na primeira metade do século XX. Isso porque é divertido para as crianças crescerem saudáveis e mais tarde se tornarem adultos produtivos e, então, aproveitarem o progresso social. Nas décadas de 1940 e 1950, o Ministério de Saúde criou o Departamento Nacional da Criança para direcionar as atividades relacionadas às condições físicas, maternidade, gravidez e cuidados com a puberdade. Na década de 1960, o departamento não implementou a proposta, resultando em creches ainda servindo a fins assistencialistas.

A primeira escola infantil do Brasil (OLIVEIRA, 2002) foi localizada no Rio de Janeiro, e o objetivo foi desenvolver um trabalho a partir das experiências pessoais dos sujeitos que a implantaram. Encontrar creches não é uma meta para o público mais favorecido, pois a creche tem uma modalidade assistida e emergencial. E assim, quando iniciaram sua primeira instituição infantil, seus idealizadores partiram do zero e apresentaram uma nova proposta totalmente desvinculada do assistencialismo estabelecido pelas creches anteriores.

As preocupações com a educação dos filhos estão se tornando uma realidade para as famílias com crianças das classes abastadas. Enquanto as creches públicas atendem às necessidades básicas das crianças, a finalidade específica das creches é preparar as crianças para o ensino fundamental, ou seja, educá-las.

Em 1970, as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 estipulavam que a educação infantil deveria ser ministrada em maternais, jardins de

infância e instituições equiparadas, mesmo que empresas privadas prestassem esse serviço aos filhos de seus funcionários. Rschultz (2011, p. 8) mostra que: “[...] não houve estímulo para as empresas nem programas do governo para determinar que tipo de educação seria oferecida.”. Nesse sentido, vale destacar que o governo não tem interesse em contribuir para nortear propostas de atividades com fins educativos.

Ainda na década de 1970, as creches privadas diferiam das creches públicas, agravando a desigualdade social, pois seus objetivos diferiam do caráter assistencial caritativo das creches públicas, pois atendiam crianças abastadas de formas específicas, como mostra Ramos (2006) “com o surgimento das creches particulares com objetivos diferentes das creches públicas, assistiu-se à legitimação da diferença entre instituições para as crianças ricas e para aquelas crianças pobres” (RAMOS, 2006, p. 27).

Basicamente, percebe-se aqui uma diferença significativa desde o advento das instituições “creches”, que promovem a distinção entre instituições para crianças ricas e pobres, pois o trabalho e seus objetivos se desenvolveram de formas distintas.

Também vale a pena notar que as agências especializadas em cuidar de crianças ricas expressaram preocupações sobre seu desenvolvimento. Para alcançar esse desenvolvimento, essas instituições se baseiam na criatividade e no progresso na infância de 0 a 06 anos. Nas creches voltadas ao atendimento de crianças em situação de pobreza, a mesma preocupação não é dada, pois essas atividades consistem em uma visão assistencialista, preocupada apenas em garantir condições básicas de manutenção como: alimentação, banho e prevenção de situações de perigo nas ruas, porque nem todos acreditavam que a educação de uma criança era um direito. Essa noção, que persistiu até o final do século XX, estigmatizou as instituições “creches” apenas como locais de preocupação, provocando uma dicotomia entre as funções de creche e pré-escola. Este último, é visto como um lugar de educação.

A década de 1980 foi um marco importante na salvaguarda dos direitos das crianças, e a política nacional passou por uma grande transição de uma ditadura militar para um governo democrático. No mesmo período, foram realizadas eleições municipais e estaduais, com foco em questões relacionadas à infância.

A luta pela democratização e escolas de qualidade se deu para que o Estado reconhecesse que a educação das crianças pequenas era, na verdade, sua única responsabilidade. Nesse período histórico, demandas em manifestações populares buscavam exigir espaços escolares, como creches, para que as crianças pudessem se integrar a esse ambiente, e para as crianças, esse espaço era uma obrigação do Estado.

As eleições estaduais e municipais no processo de abertura política dos anos 80 favoreceram o aumento das pressões sociais para que o Estado reconhecesse a educação das crianças pequenas como sua responsabilidade e dever. Naqueles anos, a reivindicação por creches esteve presente no clamor das manifestações populares de educadores e trabalhadores, atos feministas e eventos artísticos (RAMOS, 2006, p. 26).

Nesse processo de transição e estruturação da política brasileira, várias manifestações surgiram tanto da população quanto de outros grupos, clamando por uma nova postura do Estado na educação infantil, traduzindo-a em responsabilidade e pertencimento. Com a institucionalização da Lei Maior, a Constituição Federal de 1988, o Brasil alcançou um momento muito importante no reconhecimento da educação como direito da criança.

O artigo 227 da Constituição Federal 88 afirma que os direitos da criança e do adolescente vão além da educação e envolvem reflexão e priorização para proteger adequadamente esses sujeitos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL. Constituição Federal 1988).

Esse direito foi regulamentado após a luta pelo melhoramento infantil, que envolveu a sociedade civil e órgãos governamentais da época. Entre outras coisas, a conquista servirá como forma de quebrar o preconceito da sociedade contra as crianças, demonstrando a gama de responsabilidades que os adultos devem ter em relação a elas.

As discussões e lutas que ocorreram no final da década de 1980 levaram a novas propostas e novas perspectivas sobre os direitos da criança e a educação. Em 1990, outra lei reafirmou esses direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ratificado

em 13 de julho, regulamenta a efetivação dos direitos das crianças e dos jovens, dando uma nova cara ao cuidado infantil. Considerado um importante avanço, o decreto assegura na Constituição Federal de 1988 dispositivos que reforçam o direito da criança à cidadania e à proteção integral de forma absoluta.

As referidas leis representam um aumento significativo no número de brasileiros, principalmente crianças, pois é a partir dessa garantia que as crianças passam a ser consideradas cidadãs legais. Posteriormente, a garantia do direito da criança à educação foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - nº 9.394/96, que definiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. A lei eleva a educação infantil a um destaque e busca estabelecer um novo e importante paradigma: a necessidade de ação junto às famílias e suas comunidades para cuidar e educar as crianças pequenas. A ideia do assistencialismo surgiu na primeira metade do século XX, que visava apenas cuidar das crianças, e aqui está uma proposta que visa educar as crianças de forma holística.

Tanto a Constituição Federal de 88 quanto a LDBEN 9.394/96 estabelecem os princípios norteadores da assistência e educação infantil, que são definidos como deveres nacionais de cooperação entre os governos federal, estadual, distrital e municipal. Nesse contexto, a educação infantil torna-se municipalizada.

O termo Educação Infantil é entendido como a primeira etapa da educação básica, anteriormente abrangendo crianças de 0 a 06 anos, subdivididas em: creche (0 a 03 anos) e pré-escola (04 a 06 anos). Porém, com a nova redação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conforme artigo nº 29 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil passou a ser direcionada às crianças menores de 05 anos. Segundo a Lei nº 12.796 de 2013:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL. LEI Nº 12.796, de 2013).

O artigo 6º da lei também estabelece a obrigatoriedade da admissão de crianças nas instituições escolares a partir dos 04 anos: “é dever dos pais ou responsáveis efetuar

a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 04 (quatro) anos de idade [...]”. A obrigatoriedade de ingresso na educação infantil para crianças maiores de 04 anos é, sem dúvida, mais um passo à frente, mas marca o descaso no atendimento às crianças de 0 a 03 anos, caindo novamente para o segundo plano.

Aos poucos, vemos melhorias nos serviços de educação infantil, porém, mesmo com essas mudanças e lutas, alguns direitos como acesso e creche permanente para todas as crianças de 0 a 03 anos ainda precisam ser implementados no século XXI.

A premissa da nova filosofia de trabalho para esta etapa do ensino fundamental é romper com a ajuda que antes era tão batizada na creche e promover ações voltadas para a aprendizagem holística. Ocorre que grande parte da atuação em creches ainda contempla propostas de cuidado e educação de forma separada. Este é, sem dúvida, um dos desafios atuais da educação infantil: superar o conceito assistencialista de cuidar e percebê-lo de forma integrada na educação. A seguir, apontaremos o conteúdo da ação de cuidar-educar.

2.2 Cuidar e educar na creche

Como vimos até aqui, uma creche foi concebida ao longo do tempo como uma instituição assistencial. Conseqüentemente, as práticas nela desenvolvidas tendem a repetir o padrão que a sustenta por muito tempo, ou tendem a um modelo de escolarização em que o ensino é inteiramente primário. Com isso em mente, não podemos deixar de nos perguntar: O que inclui o cuidado e a educação na creche? Como imaginá-los como inseparáveis?

As concepções de cuidado e educação no cotidiano da educação infantil não podem ser compreendidas de forma unilateral, pois o trabalho a ser desenvolvido com as crianças pequenas deve focar em sua singularidade e indivisibilidade.

[...] implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que

estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade (FOREST, 2003, p. 2).

Compreender o cuidado e a educação como princípios indissociáveis é levar em conta ações pedagógicas que contemplem a realidade da criança. É também a compreensão do tempo e do espaço em que vive como local de construção de sua identidade e autonomia. Mas afinal, o que significa educar no campo da educação infantil?

A educação, derivada do latim *educatio*, destaca-se no desenvolvimento das capacidades físicas, morais e intelectuais do indivíduo, em direção a uma preocupação intelectual, cognitiva, moral e social. Trata-se de entregar com cuidado que ajuda a aprender.

O educar tem um papel fundamental na Educação Infantil, pois na maioria das vezes vemos as crianças como seres indefesos e inocentes e, até mesmos incapazes, mas isso são formas errôneas de se ver as crianças. Ao contrário do que pensamos, elas são surpreendentes e capazes de ações e atitudes inesperadas pelo adulto; é por meio das capacidades de pensar, agir, sentir das crianças que o educar deve ser fortalecido cada vez mais desde a creche (LEAL, 2010, p. 3)

Quando pensamos no cuidado no campo da educação infantil, não podemos de forma alguma reduzi-lo ao foco em eventos que colocam em risco a integridade da criança, ou em atividades como alimentação infantil, higiene e proteção. Cuidar não é apenas proteger, é prover as necessidades básicas. Compreender esse novo conceito é um desafio a ser superado pelos professores. De acordo com RCNEI (1998)

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, vol. I, 1998, p. 24).

Para que esse tipo de cuidado seja realmente eficaz, é preciso reconhecer que as crianças são únicas, pois cada pessoa possui características e histórias únicas. Quando um educador se propõe a trabalhar com crianças, deve levar em consideração suas necessidades e características. Isso significa conhecê-los mais profundamente, compreender sua cultura, família etc., ou seja, compreender sua subjetividade.

Reconhecendo que o cuidado e a educação nos espaços da primeira infância não se dão em momentos compartimentados, é possível e necessário que o professor organize seu aconselhamento consciente e diferenciado para atender as diferentes necessidades das crianças. Os educadores, ao tentarem compreender as crianças, suas necessidades, sua faixa etária e o processo de desenvolvimento em que se encontram, compreenderão que tão importante quanto as práticas de conservação são as práticas de aceitação, escuta e aproximação que levam ao aprendizado da criança, ou seja, para educar é preciso cuidar, e para cuidar é preciso atentar para a origem social da criança e as diferentes infâncias.

Como vimos, a educação infantil é um espaço destinado a cuidar das crianças de forma holística e, portanto, não deve ser entendida como um lugar para trabalhar, cuidar e educar de forma segregada, mas sim um lugar onde as crianças devem ser aceitas. Com assistência apenas de adultos, as crianças vivenciam situações de cuidado e educação orientadas por profissionais capacitados para facilitar seu desenvolvimento. Sabemos que esse tipo de treinamento costuma ser desafiador.

Ao considerar o espaço disponibilizado pela instituição para a realização da atividade, é importante ressaltar que o professor no momento tem que fazer uso dos recursos didáticos disponíveis, mas ao mesmo tempo levar em consideração os detalhes do cotidiano da criança adquiridos no decorrer de seu trabalho, de modo que tenham experiências variadas pessoais e em grupo.

Ao refletirmos sobre o papel dos educadores que atuam no campo da educação infantil, percebemos que há uma hierarquia devido às atribuições desempenhadas pelos diferentes profissionais que lidam diretamente com as crianças: o professor e o monitor, também nomeado como auxiliar de sala, ajudante de classe etc. Na maioria das vezes, a função conhecida como “pedagógica ou de ensino” é exercida por professores com maiores salários e diplomas. Trabalhos de enfermagem como higiene, alimentação e sono são realizados por responsáveis/auxiliares de sala, em grande parte destreinados e, portanto, mal remunerados. Isso leva a uma separação entre cuidado e educação, ao

mesmo tempo em que reduz o trabalho a ser desenvolvido com as crianças e os benefícios que essas ações coletivamente trazem para as crianças de 0 a 05 anos.

A presença dessas ações diferenciadas dos profissionais nos espaços infantis é cercada por hierarquias decorrentes dos níveis de formação, remuneração e atribuição pessoal. Isso leva a uma divisão de cargos, que leva a uma divisão de tarefas entre enfermagem e educação, demonstrando a lacuna existente, como Cerisara (2002) nos mostra em um estudo sobre o tema:

Em geral as professoras têm formação de 2º grau, recebem salário maior, trabalham menos horas por dia e são responsáveis pelas atividades tidas como “educativas”. As outras, independentemente da denominação que têm recebido (monitoras, atendentes, auxiliares de sala), não precisam sequer o 1º grau completo, recebem salários mais baixos, trabalham mais horas por dia e são responsáveis por empenhar as atividades relativas ao cuidado das crianças (higiene, alimentação, limpeza do ambiente, etc.) (CERISARA, 2002 p. 16).

Essa organização ou hierarquia que existe entre professores e responsáveis abre lacunas na divisão das ações que acontecem no dia a dia da creche. Profissionais capacitados ganham salários mais altos e realizam trabalhos voltados à educação. Estes, por sua vez, priorizam especificamente a cognição e a aprendizagem das crianças. Por outro lado, os monitores/auxiliares de aula exercem funções de enfermagem, dedicadas exclusivamente a manter as crianças limpas e cheirosas (higiene pessoal), alimentam-se bem, e são novamente responsáveis por manter seus espaços limpos reduzindo seu trabalho a ações de limpeza e higienização e organização espacial.

É importante que professores e supervisores que realizam atividades reflitam sobre isso para que possam analisar se essa forma de organização realmente torna o atendimento às crianças efetivo e produtivo. Essa reflexão ajudará a colocar em prática novas ações e a compartilhar o trabalho desenvolvido com crianças entre os adultos que lidam diretamente com elas, de acordo com a qualidade da relação e a intencionalidade da prática desenvolvida.

Cuidar e educar envolve a ação humana, principalmente professores e responsáveis, que estão sempre em contato com as crianças e têm o papel de reconhecer as particularidades da educação infantil e orientar os desafios de sua prática na ação comum: quem educa, cuida, quem cuida, educa.

As atividades assistenciais e educativas que os professores escolhem devem ser amplas, compartilhar múltiplas possibilidades e oportunizar experiências coletivas para que as crianças possam se envolver com a sociedade.

As crianças, nas suas diferenças e diversidades, são completas, pois têm um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar: um corpo produtor de história e cultura. Porém, para tornarem-se sujeitos precisam se relacionar com outras crianças e adultos [...] (BARBOSA, 2009, p. 23-24).

Aprendemos que nesta etapa da educação infantil, embora a criança já tenha conhecimentos e histórias, ao chegar na instituição, será ensinado o que sabe, como se aprende com um professor, através das interações que existem neste ambiente. Com isso, não somente os professores, mas também a equipe docente, passamos do pessoal que realiza a limpeza para as pessoas que exercem as funções de diretor, ou seja, todo contato direto ou indireto com a criança, precisa compreender a perspectiva do cuidado e da educação.

As ações de educar aliadas ao cuidado também se refletem na forma como os professores preparam o ambiente para o acolhimento das crianças. O espaço deve ser organizado para que ela ganhe autonomia e segurança, caso contrário, a deixará em risco de danos, além de não conseguir aprender, tornando esse momento uma rotina, sem as devidas qualidades.

Os professores que cuidam conscientemente de uma criança estão cientes das expressões e do olhar da criança e são sensíveis às necessidades físicas ou emocionais que a criança carrega consigo. É importante que o professor preste atenção e observe os detalhes que são apresentados ao realizar as atividades, desde o momento do banho (que pode fornecer conhecimentos e métodos para a criança) até dormir, comer, brincar, ao cuidar da criança e muitos mais. O cuidar não se reflete apenas nas ações que acontecem no corpo da criança, mas também na percepção das relações afetivas estabelecidas na prática do cuidar, como quando a professora fala com a criança quando ela se machuca, quando lava as mãos, preocupando-se se tudo está normal, se o sono está tranquilo. Significa mesmo que a criança está sempre atenta e cuidada durante o processo de creche.

É necessário que os professores construam vínculos respeitosos e alegres, fortaleçam os laços de amizade com as crianças e permitam que elas expressem suas necessidades livremente, sempre levando em consideração suas experiências do dia a dia que devem ser compartilhadas com todos os educandos. Cuidar deles é inseparável da educação.

CONCLUSÃO

Constatamos que a concepção de uma educação integral para as crianças, garantida por lei, continua sendo um grande desafio para a educação infantil, pois as práticas assistenciais estão profundamente arraigadas nas ações dos profissionais, principalmente dos educadores, dificultando a ampliação de sua aparência e comportamento, levando ao cuidado e à educação de forma segregada.

Entendemos que uma criança com necessidades especiais é adequadamente cuidada e educada, pois passa a maior parte de seu tempo em uma instituição. Os professores precisam cumprir seu papel na identificação de práticas que podem ser compartilhadas no cotidiano das crianças, começando pelo respeito ao tempo e ritmo de cada prática.

Ressaltamos aqui que a discussão sobre cuidar e educar não se limita ao cuidar, mas o amplia e complementa na educação. Para isso, é preciso, como menciona Barbosa (2009, p. 30): “[...] preparo, conhecimento e disponibilidade das professoras”, para então ofereceremos às crianças condições que contribuirão para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para finalizar, destacamos a importância do professor está sempre atento e sensível às necessidades físicas, emocionais e intelectuais do grupo de crianças.

Esperamos que este artigo tenha despertado no leitor o desejo de continuidade à reflexão que não se esgota aqui e que a leitura conscientize e promova modificações nas ações do educador, ressaltando a unicidade do cuidar e educar por parte de todos que lidam com a educação da criança.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil: na trilha do direito**. Scielo Book. edit. UNESP. 2010.

BARBOSA, Analedy Amorim. MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. 2008.

CAMURRA, Luciana. **Escola Pública**. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. Novembro de 2008. UNIOESTE, Campos Cascavel.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Coleção questões da nossa época; v.98 Cortez Editora, São Paulo. 2002.

RODRIGUES, Sílvia Adriana. Garms, Gilza Maria Zauhy. **Intencionalidade da ação educativa na educação infantil: a importância da organização do tempo e do espaço das atividades**. 2007.

LEAL, Franciele Clair Moreira. **A Educação Infantil e o Educar/Cuidar**. Revista Eletrônica. Maio 2010.

RSCHULTZ, Andréia Moreira dos Santos. **O cuidar e o educar como ações complementares no desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil**. Revista FACEVV, Vila Velha, n. 06, jan/jun. 2011.

TELES, Ana Rita Ribeiro. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Infoescola, 2022. Disponível em <https://www.infoescola.com>. Acesso em 04 de Agosto de 2022.